



Convite à apresentação de candidaturas - HT.5115

FORMAÇÃO DE JUÍZES NACIONAIS EM DIREITO DA CONCORRÊNCIA DA UE

1. Introdução

Em 17 de outubro de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram o Regulamento (UE) n.º 1382/2013¹ que cria o Programa «Justiça» para o período de 2014 a 2020. Um dos seus objetivos específicos é apoiar e promover a formação judiciária, incluindo a formação linguística sobre terminologia jurídica, a fim de promover uma cultura jurídica e judiciária comum.

Em 13 de março de 2017, a Comissão Europeia adotou o seu programa de trabalho para 2017 e o financiamento com vista à execução do Programa «Justiça»², que prevê a publicação de um convite à apresentação de candidaturas para apoiar projetos nacionais ou transnacionais sobre formação judiciária em direito da concorrência. Assim, podem ser concedidas subvenções para apoiar e promover a formação judiciária, incluindo a formação linguística sobre terminologia jurídica, a fim de promover uma cultura jurídica e judiciária comum sobre direito da concorrência.

As medidas previstas no domínio da formação dos juízes nacionais e da cooperação judiciária são seguidamente denominadas «os projetos».

Os organismos que apresentam propostas são a seguir denominados «os candidatos», e os candidatos a quem tenha sido atribuída uma subvenção «os beneficiários».

2. Objetivos

O presente convite à apresentação de candidaturas tem por objetivo cofinanciar projetos destinados à formação de juízes nacionais no contexto da execução das normas europeias em matéria de concorrência. Tal inclui a aplicação pública e privada tanto das normas no domínio *antitrust* como das normas em matéria de auxílios estatais. O objetivo final é assegurar uma aplicação uniforme e coerente do direito da UE em matéria de concorrência pelos tribunais nacionais.

¹ Regulamento (UE) n.º 1382/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que cria o Programa «Justiça» para o período de 2014 a 2020, JO L 354 de 28.12.2013, p. 73

² C (2017) 1544 final, DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO, de 13.3.2017, relativa à adoção do programa de trabalho para 2017 e ao financiamento com vista à execução do programa «Justiça»

Esses objetivos podem ser alcançados da melhor maneira através de projetos que incidem especificamente sobre o papel dos juízes nacionais na aplicação do direito da concorrência da UE, das suas necessidades e ambientes de trabalho específicos e, bem assim, nas formações e conhecimentos já existentes.

2.1 Âmbito de aplicação e resultados esperados

Os projetos devem concorrer para os objetivos acima referidos e demonstrar que representam um verdadeiro valor acrescentado ao nível da UE. O valor acrescentado europeu das medidas, incluindo o das medidas de pequena escala e o das medidas nacionais, é avaliado em função de critérios como o seu contributo para a aplicação uniforme e coerente do direito da União e para uma ampla sensibilização do público para os direitos por este conferidos, o seu potencial para desenvolver a confiança mútua entre os Estados-Membros e melhorar a cooperação transfronteiriça, o seu impacto transnacional, o seu contributo para elaborar e divulgar as melhores práticas e o seu potencial para criar instrumentos práticos e para encontrar soluções práticas para enfrentar desafios transfronteiriços ou à escala da União.

Os conteúdos dos projetos devem ser adaptados às necessidades do público destinatário. Na conceção dos projetos, devem ser utilizados métodos de aprendizagem orientados para a prática e/ou métodos de aprendizagem inovadores (incluindo estudos de casos, aprendizagem mista e simulações). Os resultados dos projetos devem ter um efeito amplo e duradouro.

2.2 Público destinatário

O público destinatário deverá ser composto por juízes nacionais que lidem com processos de concorrência, tal como definido na secção 2 - «Objetivos», a nível nacional. Tal inclui, igualmente, os magistrados do Ministério Público, os juízes nacionais em regime de estágio e o pessoal dos gabinetes dos juízes ou dos tribunais nacionais dos países elegíveis³.

O público destinatário definido acima é a seguir denominado «juízes nacionais».

Podem participar nos projetos juízes de países não incluídos na lista de países elegíveis e pessoas que não sejam juízes nacionais, desde que uma proporção significativa de participantes seja constituída por juízes nacionais. Contudo, as despesas inerentes à sua participação não podem ser consideradas como custos elegíveis.

3. Calendário e orçamento disponível

	Estágios	Período indicativo
--	----------	--------------------

³ Para efeitos do presente convite, entende-se por «países elegíveis» os Estados-Membros da UE, com exceção da Dinamarca e do Reino Unido, e incluindo a Albânia, país candidato à UE. Tal como referido nos considerandos 34 e 35 do Regulamento (UE) n.º 1382/2013, a Dinamarca e o Reino Unido não participaram na adoção do referido regulamento e, por conseguinte, não ficam por ele vinculados nem sujeitos à sua aplicação. A partir de 7/3/2017, a Albânia tornou-se um dos países elegíveis no âmbito do programa «Justiça». Se, antes do prazo para a apresentação das candidaturas, outros países (países do EEE, países candidatos) aderirem ao programa, será afixada uma notificação no sítio Web das candidaturas, informando os candidatos que as organizações desses países podem participar como candidatos ou parceiros.

a)	Publicação do convite à apresentação de candidaturas	6/2/2018
b)	Prazo para apresentação de candidaturas	16/4/2018
c)	Período de avaliação	Abril - julho de 2018
d)	Informação aos candidatos	Agosto de 2018
e)	Revisão dos orçamentos	Setembro - outubro de 2018
f)	Assinatura da convenção de subvenção e data de início da ação	Novembro - dezembro de 2018
g)	Jornada de informação em Bruxelas para os candidatos selecionados	Novembro/dezembro de 2018

O orçamento total destinado ao cofinanciamento dos projetos apresentados no âmbito do presente convite é de 800 000 EUR.

A **subvenção máxima** que pode ser concedida é de **400 000 EUR** e a **mínima de 50 000 EUR**.

A Comissão reserva-se o direito de não distribuir a totalidade dos fundos disponíveis.

4. Objeto dos projetos

Os projetos devem abordar de forma adequada os juízes nacionais, com base em necessidades de formação previamente identificadas.

Os projetos de formação devem assegurar a participação ativa dos juízes nacionais nas suas atividades de formação, evitando, por conseguinte, a simples realização de conferências.

O ambiente em que a formação participativa para juízes nacionais tem lugar deve ser suficientemente securizada para permitir que os participantes possam trocar livremente pontos de vista e experiências e aprender uns com os outros, sem controlo ou interferência externos. Os projetos destinam-se, por conseguinte, de preferência, exclusivamente a juízes nacionais.

4.1. **São sugeridos dois domínios, seis prioridades e três preferências.**

Os projetos podem dizer respeito a mais do que um domínio, mas devem indicar claramente qual é o **domínio principal** e qual é o **domínio secundário**.

No âmbito de um domínio, os candidatos devem indicar claramente **sobre qual das prioridades** a seguir mencionadas incide a sua candidatura. Os projetos devem visar pelo menos uma das prioridades, mas podem abranger mais do que uma.

Por último, será dada preferência a projetos **que tenham em consideração** as preferências indicadas abaixo.

Domínio 1: Melhoria dos conhecimentos, da aplicação e da interpretação do direito da concorrência da UE
--

Os projetos devem consistir em atividades de formação, como conferências, seminários, colóquios, etc., bem como cursos de formação de curta ou longa duração sobre o direito da concorrência da UE. Os projetos deste domínio prioritário devem ser orientados sobretudo para ações de formação avançadas/aprofundadas destinadas a juízes nacionais. A formação deve ser orientada para aspetos práticos, incluindo estudos de caso, remeter para a jurisprudência relevante do Tribunal de Justiça Europeu e incluir uma análise da jurisprudência pertinente da UE.

Neste domínio, o convite à apresentação de candidaturas centra-se nas seguintes prioridades:

Prioridade 1: Formação sobre a aplicação dos **artigos 101.º e 102.º do TFUE** e direito derivado relevante, tal como os regulamentos de isenção por categoria;

Os candidatos são convidados a seleccionar pelo menos 3 dos 6 temas a seguir enumerados:

- a) Âmbito de aplicação do artigo 101.º (conceito de empresa, conceito de acordo e de prática concertada;
- b) Restrições por objetivo e efeito nos termos do artigo 101.º;
- c) Conceito de posição dominante nos termos do artigo 102.º;
- d) Abusos de exclusão e exploração (em particular, preços excessivos) nos termos do artigo 102.º;
- e) Conceito de efeito sobre as trocas comerciais entre Estados-Membros.
- f) As isenções por categoria relativas a acordos verticais⁴, acordos de produção e especialização⁵, acordos de I&D⁶ e de transferência de tecnologia⁷, incluindo as orientações conexas.

Prioridade 2: Atividades de formação centradas nas disposições nacionais de execução da **Diretiva 2014/104 relativa a ações de indemnização em matéria *antitrust***⁸. Estes projetos têm por objetivo melhorar a capacidade dos juízes para aplicar as novas regras, com precisão e de forma coerente.

Os candidatos são convidados a seleccionar pelo menos 2 dos 5 temas a seguir enumerados:

⁴ Regulamento (UE) n.º 330/2010 da Comissão, de 20 de abril de 2010, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de acordos verticais e práticas concertadas

⁵ Regulamento (CE) n.º 1218/2010 da Comissão, de 14 de dezembro de 2010, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado a certas categorias de acordos de especialização

⁶ Regulamento (UE) n.º 1217/2010 da Comissão, de 14 de Dezembro de 2010, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a certas categorias de acordos no domínio da investigação e desenvolvimento

⁷ Regulamento (UE) n.º 316/2014 da Comissão, de 21 de março de 2014, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a certas categorias de transferência de tecnologia

⁸ Diretiva 2014/104/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, JO L 349, p. 1, disponível em http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2014.349.01.0001.01.ENG.

- a) A divulgação de elementos de prova num processo relativo a uma ação de indemnização;
- b) A repercussão de custos adicionais e a interação entre as ações de indemnização relacionadas com a mesma infração, mas intentadas por partes lesadas situadas em diferentes níveis da cadeia de abastecimento;
- c) A quantificação dos danos no domínio *antitrust* no âmbito das ações de indemnização, incluindo a aplicação dos métodos de quantificação identificados no Guia Prático da Comissão sobre a Quantificação dos Danos no Domínio Antitrust⁹;
- d) A interação entre a aplicação pública e a aplicação privada do direito da concorrência, incidindo tanto sobre a interação positiva (como podem os requerentes beneficiar de aplicação das medidas de execução pelas autoridades em matéria de concorrência) e nas medidas destinadas a evitar interações negativas (por exemplo, limites na divulgação dos elementos de prova e relativamente à responsabilidade conjunta e solidária);
- e) Gestão de casos e boas práticas no tratamento de questões da competência e do direito aplicável e a fim de fazer face à situação de processos paralelos ou subsequentes nos diferentes Estados-Membros.

Prioridade 3: Atividades de formação centradas em **princípios económicos** subjacentes ao **direito da concorrência**.

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos um tema:

- a) Princípios económicos e análise económica (por exemplo, oferta e procura, análise de custos, substituição e interações estratégicas em diferentes ambientes de concorrência, definições de mercado, mercados horizontal e verticalmente relacionados, poder de mercado);
- b) Avaliação de elementos de prova/estudos de carácter económico no âmbito de litígios e respetivo tratamento processual, incluindo uma análise dos métodos de estimativa (qualitativa e quantitativa) atualmente utilizados, sublinhando as suas vantagens e limites, bem como a importância da coerência, da solidez e da duplicabilidade dos resultados.

Prioridade 4: Atividades de formação incidindo na aplicação do direito da concorrência nas **indústrias regulamentadas** (como a energia, as telecomunicações ou setor farmacêutico).

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos um tema:

- a) Âmbito de aplicação do direito da concorrência em setores regulamentados;

⁹ http://ec.europa.eu/competition/antitrust/actionsdamages/quantification_guide_pt.pdf

- b) Conceitos de empresa e de associação de empresas aplicados às entidades públicas (ou seja, entidades públicas como empresas / entidades públicas como entidades reguladoras).

Prioridade 5: No quadro da modernização dos auxílios estatais e do novo papel de controlo da aplicação assumido pelos tribunais nacionais, são igualmente recomendadas as atividades de formação centradas nos **auxílios estatais**.

Os candidatos são convidados a selecionar pelo menos 2 dos 4 temas a seguir enumerados:

- a) Conceito de auxílio¹⁰ (incluindo o método de financiamento do auxílio através de imposições parafiscais e os serviços de interesse económico geral¹¹);
- b) Os regulamentos adotados no âmbito do exercício de modernização dos auxílios estatais, ou seja, principalmente o Regulamento *de minimis*¹² e o Regulamento Geral de Isenção por Categoria¹³;
- c) O papel dos tribunais nacionais¹⁴ na aplicação da legislação em matéria de auxílios estatais (com base na comunicação relativa à aplicação da legislação em matéria de auxílios estatais pelos tribunais nacionais e na comunicação relativa à recuperação¹⁵);
- d) O pedido de medidas provisórias apresentado perante os tribunais e a sua interação com o processo do Tribunal de Justiça da UE.

DOMÍNIO 2: Desenvolvimento de competências linguísticas no domínio jurídico dos juízes nacionais

¹⁰ Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; JO C 262 de 19.7.2016, p. 1.

¹¹ O quadro normativo sobre os serviços de interesse económico geral inclui os seguintes instrumentos: Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia à compensação concedida pela prestação de serviços de interesse económico geral, JO C 8 de 11.1.2012, p. 4; Decisão da Comissão de 20 de dezembro de 2011, relativa à aplicação do artigo 106.º, n.º 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral, JO L 7 de 11.1.2012, p. 3; Comunicação da Comissão – Enquadramento da União Europeia aplicável aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público, JO C 8 de 11.1.2012, p. 15; Regulamento da Comissão relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral, JO L 114, 26.4.2012, p. 8.

¹² Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis*, JO L 352 de 24.12.2013, p. 1.

¹³ Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 17 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado, JO L 187 de 26.6.2014, p. 1.

Regulamento (UE) 2017/1084 da Comissão, de 14 de junho de 2017, que altera o Regulamento (UE) n.º 651/2014 no que se refere aos auxílios às infraestruturas portuárias e aeroportuárias, aos limiares de notificação para os auxílios a favor da cultura e da conservação do património e para os auxílios a infraestruturas desportivas e recreativas multifuncionais, bem como aos regimes de auxílio regional ao funcionamento nas regiões ultraperiféricas e que altera o Regulamento (UE) n.º 702/2014 no que se refere ao cálculo dos custos elegíveis, JO L 156 de 20.6.2017, p. 1.

¹⁴ Comunicação da Comissão relativa à aplicação da legislação em matéria de auxílios estatais pelos tribunais nacionais, JO C 85 de 9.4.2009, p. 1.

¹⁵ Para uma aplicação efetiva das decisões da Comissão que exigem que os Estados-Membros procedam à recuperação de auxílios estatais ilegais e incompatíveis, JO C 272 de 15.11.2007, p. 4.

Um programa de formação pode incidir principalmente no desenvolvimento de competências linguísticas no domínio jurídico.

Prioridade 6: Os projetos devem abranger as atividades de formação linguística no domínio jurídico relacionadas com a terminologia específica utilizada na aplicação do direito da concorrência. Os projetos devem visar primordialmente a eliminação das barreiras geográficas e/ou linguísticas em prol da criação de um espaço europeu comum em matéria judicial.

Distribuição do apoio financeiro entre as diferentes prioridades e atribuição de pontos

Consultar as «Orientações sobre os critérios de atribuição HT.5115» publicadas com o presente convite à apresentação de candidaturas.

4.2. Será dada preferência aos projetos que:

- ofereçam formações que prevejam níveis consecutivos, estruturados numa sequência lógica;
- não constituam uma mera duplicação/sobreposição de materiais de formação ou de projetos já existentes ou previstos de outros prestadores de formação a nível nacional, mas que sejam complementares e/ou inovadores;
- se destinem a juízes de diversos Estados-Membros numa formação, incentivando assim a criação de redes.

5. Requisitos de admissibilidade

As candidaturas devem ser obrigatoriamente enviadas dentro do prazo de apresentação indicado na secção 3.

As candidaturas devem ser apresentadas por escrito e enviadas pelo correio (ver secção 8), utilizando-se para o efeito o formulário de candidatura e respetivos anexos, disponíveis no seguinte endereço http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html.
A não observância destes requisitos dará lugar à rejeição da candidatura.

6. Critérios de elegibilidade, de exclusão, de seleção e de atribuição

6.1 Critérios de elegibilidade

Os projetos devem:

- a) Ser apresentados por autoridades, organizações públicas ou privadas devidamente estabelecidas num dos países elegíveis, ou por uma organização internacional. As organizações de países terceiros podem participar enquanto parceiros associados, mas os seus custos não podem ser considerados elegíveis. Além disso, não estão autorizadas a apresentar projetos ou ser candidatas associadas (cobeneficiários). As organizações com fins lucrativos devem apresentar candidaturas em conjunto com entidades públicas ou com organizações privadas sem fins lucrativos. Os organismos criados pela União Europeia e abrangidos pelo disposto no artigo 208.º do

Regulamento Financeiro¹⁶ não têm direito a candidatar-se à atribuição de uma subvenção, mas podem ser associados a uma candidatura. Contudo, os seus custos não podem ser cofinanciados pela subvenção;

- b) Visar os membros do público destinatário definido no ponto 2.2 do presente convite à apresentação de candidaturas;
- c) Solicitar uma subvenção da UE que não pode ser inferior a 50 000 ou superior a 400 000 EUR;
- d) Não estar concluídos nem iniciados antes da data de apresentação do pedido de subvenção.

6.2 Critérios de exclusão

6.2.1 Exclusão da participação¹⁷

Não poderão participar no presente convite à apresentação de candidaturas os candidatos que se encontrem numa das seguintes situações:

- (a) O candidato estiver em situação de falência, sujeito a um processo de insolvência ou de liquidação, se os seus bens estiverem sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial, se este tiver celebrado um acordo com credores, se as suas atividades empresariais estiverem suspensas ou se se encontrar em qualquer situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo da legislação ou regulamentação nacionais;
- (b) Se tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o candidato não cumpriu as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social nos termos do direito do país em que se encontra estabelecido ou do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do direito do país de execução do contrato;
- (c) Se tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o candidato cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares ou regras deontológicas aplicáveis à profissão à qual pertence, ou por ter cometido qualquer comportamento ilícito que tenha um impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, um dos seguintes comportamentos:
 - (i) apresentar, de forma fraudulenta ou negligente, informações falsas no que respeita aos dados exigidos para verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do

¹⁶ Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e que revoga o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, na sua versão alterada.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:298:0001:0096:PT:PDF> and <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2015:286:FULL&from=FR>

Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012 da Comissão, de 29 de outubro de 2012, sobre as normas de execução («NE») do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, na sua versão alterada. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012R1268&from=EN> and http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:JOL_2015_342_R_0002&from=EN

¹⁷ Artigo 106.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro

- cumprimento dos critérios de seleção ou de execução de um contrato ou de uma convenção de subvenção,
- (ii) celebrar um acordo com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência,
 - (iii) violar os direitos de propriedade intelectual,
 - (iv) tentar influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de contratação ou de concessão de subvenções,
 - (v) tentar obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento de contratação ou de concessão de subvenções;
- (d) Se tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado, que o candidato é culpado de qualquer dos seguintes atos:
- (i) fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, estabelecida por [ato do Conselho, de 26 de julho de 1995](#),
 - (ii) corrupção, na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida por [ato do Conselho, de 26 de maio de 1997](#), e no artigo 2.º, n.º 1, da [Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho](#), ou ainda na aceção do direito do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do país em que o operador económico está estabelecido ou do país de execução do contrato,
 - (iii) participação em organização criminosa, na aceção do artigo 2.º da [Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho](#),
 - (iv) branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, na aceção do artigo 1.º da [Diretiva 2005/60/CE do Parlamento e do Conselho](#),
 - (v) infrações relacionadas com o terrorismo ou com atividades terroristas, na aceção, respetivamente, dos artigos 1.º e 3.º, da [Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho](#), ou ainda, instigação, cumplicidade ou tentativa de infração, na aceção do artigo 4.º da referida decisão,
 - (vi) trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, na aceção do artigo 2.º da [Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#),
- (e) Se tiver revelado deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações relativas à execução de um contrato ou convenção de subvenção financiado pelo orçamento, que tenham conduzido à sua rescisão antecipada ou à imposição de indemnizações por perdas e danos ou de outras sanções contratuais, ou que tenham sido detetadas na sequência de controlos, auditorias ou inquéritos por um gestor orçamental, pelo OLAF ou pelo Tribunal de Contas;

- (f) Se tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por uma decisão administrativa definitiva, que o candidato cometeu uma irregularidade na aceção do artigo 1.º, n.º 2, do [Regulamento \(CE, Euratom\) n.º 2988/95 do Conselho](#).

6.2.2 Exclusão da atribuição da subvenção¹⁸

Não será atribuída uma subvenção aos candidatos que, durante o procedimento de atribuição da subvenção:

- a) Se encontrem numa situação de exclusão nos termos do artigo 106.º do Regulamento Financeiro;
- b) Tenham apresentado falsas declarações no que diz respeito às informações exigidas para participação no procedimento ou não tenham fornecido essas informações;
- c) Tenham anteriormente estado envolvidos na preparação dos documentos do concurso, sempre que tal implique uma distorção da concorrência que não possa ser sanada de outro modo.

Os candidatos devem assinar uma declaração sob compromisso de honra certificando que não se encontram em nenhuma das situações referidas no artigo 106.º, n.º 1, e no artigo 107.º do Regulamento Financeiro. A declaração sob compromisso de honra está disponível no nosso sítio Web (http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html).

6.3 Critérios de seleção

As candidaturas que preencham os critérios de elegibilidade e que não se encontrem abrangidas pelos critérios de exclusão serão avaliadas com base na sua capacidade financeira e operacional.

6.3.1 Capacidade financeira¹⁹

Os candidatos devem dispor de fontes de financiamento estáveis e suficientes para manter a sua atividade durante toda a duração do projeto, devendo obrigatoriamente participar no respetivo financiamento. A capacidade financeira será avaliada com base nos seguintes documentos comprovativos a apresentar juntamente com a candidatura:

- a) Subvenções de valor reduzido ($\leq 60\,000$ EUR): uma declaração sob compromisso de honra.
- b) Subvenções de valor $> 60\,000$ EUR: uma declaração sob compromisso de honra e,

QUER

a conta de ganhos e perdas, o balanço do último exercício financeiro em relação ao qual as contas tenham sido encerradas;

QUER

¹⁸ Artigo 107.º do Regulamento Financeiro

¹⁹ Artigo 131.º, n.º 3, e artigo 132.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro, bem como artigo 202.º das Normas de Execução.

no caso de entidades recém-criadas, o plano de atividades pode substituir os documentos acima mencionados.

Se considerar que os supramencionados documentos não comprovam de forma satisfatória a capacidade financeira, a Comissão Europeia pode:

- pedir informações adicionais,
- propor uma convenção de subvenção sem pré-financiamento,
- propor uma convenção de subvenção com um pré-financiamento pago em prestações,
- propor uma convenção de subvenção com um pré-financiamento coberto por garantia bancária²⁰
- rejeitar a candidatura.

A verificação da capacidade financeira não se aplica aos organismos públicos e às organizações internacionais.

6.3.2 Capacidade operacional²¹

Os candidatos devem possuir as competências profissionais e as qualificações necessárias para levar a bom termo o projeto ou o programa de trabalho. Os candidatos devem apresentar uma declaração sob compromisso de honra, ou os seguintes documentos comprovativos:

- os relatórios de atividade da organização (se aplicável),
- uma breve descrição dos recursos/competências profissionais existentes que serão utilizados para a execução do projeto **e/ou** o *curriculum vitae* das pessoas responsáveis em primeira instância pela gestão e execução da operação,
- uma lista exaustiva dos projetos e atividades anteriores executados no contexto do domínio de intervenção de um determinado convite ou no contexto das ações a realizar,
- um inventário dos recursos económicos ou naturais mobilizados para o projeto.

6.4 Critérios de atribuição

Só as candidaturas que satisfizerem os critérios de seleção enunciados serão sujeitas a avaliação. Os critérios de atribuição visam assegurar que são selecionados projetos com uma qualidade intrínseca elevada e que cumprem, na medida do possível, os objetivos e as prioridades do presente convite de uma forma rentável. Devem procurar-se sinergias com outros programas e instrumentos da UE e evitar sobreposições e duplicações com atividades em curso.

Todos os projetos serão avaliados com base nos seguintes critérios:

²⁰ Artigo 134.º do Regulamento Financeiro e artigo 206.º das Normas de Execução.

²¹ Artigo 131.º, n.º 3, e artigo 132.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro, bem como artigo 202.º das Normas de Execução.

- 1) **Pertinência para os objetivos, prioridades e preferências do convite à apresentação de candidaturas (até 30 pontos)**
 - a) A medida em que a candidatura corresponder aos objetivos do convite, aos domínios, às prioridades e às preferências relevantes constantes do ponto 4 (até 10 pontos)
 - b) A pertinência das questões abordadas em relação ao âmbito geográfico do projeto e à complementaridade com outras atividades nacionais/europeias, com referência a uma avaliação fiável das necessidades (até 10 pontos)
 - c) Correspondência da candidatura com a exigência de valor acrescentado europeu constante do ponto 2.1 (até 10 pontos)
- 2) **Qualidade do projeto no que diz respeito à sua conceção, apresentação, organização e execução (até 30 pontos)**
 - a) As metodologias (abordagem, descrição e especificidade das atividades previstas, adequação das atividades para a audiência prevista, qualidade dos oradores, sistemas de controlo, etc.) e o calendário são adequados para a consecução dos resultados desejados do projeto? (até 15 pontos)
 - b) O projeto mostra os meios adequados (por exemplo, criação de redes, parcerias com instituições relevantes, estratégia de capacidade de comercialização) para atingir o público-alvo? (até 15 pontos)
- 3) **Âmbito geográfico do projeto, resultados esperados, disseminação e sustentabilidade (até 20 pontos).**
 - a) Qual a amplitude do impacto geográfico em termos de resultados esperados do projeto, em termos de parceiros, de participantes e de grupo-alvo? (até 10 pontos)
 - b) Os resultados esperados são exequíveis, pertinentes e suscetíveis de ter um impacto sustentável? (até 10 pontos)
- 4) **Custo-eficácia (até 20 pontos)**
 - a) O orçamento previsional é razoável, dados os resultados esperados e em termos do custo diário de cada juiz formado (até 10 pontos)?
 - b) Os custos atribuídos a cada secção do orçamento representam uma boa relação qualidade/preço e um rácio razoável entre os custos de pessoal e os custos globais do projeto (nomeadamente tendo em conta a cobertura de custos prevista para os participantes) (até 10 pontos)?

Para serem elegíveis, os projetos devem obter, pelo menos, 50 % dos pontos disponíveis para os critérios 1, 2 e 4 e, pelo menos, 60 pontos sobre 100.

Durante o procedimento de avaliação, a Comissão pode solicitar documentos/esclarecimentos suplementares e ajustamentos técnicos e financeiros necessários. Uma vez concluído o processo de avaliação, o que inclui a adoção da decisão de atribuição da Comissão, os serviços da Comissão

informam cada candidato da decisão final tomada e das etapas e procedimentos seguintes tendo em vista a preparação das convenções de subvenção.

7. Disposições Financeiras²²

- 7.1 Na execução dos projetos, os beneficiários devem cumprir o disposto no Regulamento Financeiro (em especial o Título VI da Parte I) e respetivas Normas de Execução de 2012, na sua versão alterada²³;
- 7.2 A subvenção concedida pelo programa não deverá cobrir a totalidade dos custos da ação; a contribuição da UE é limitada a um máximo de 80 % e, em casos excecionais e devidamente justificados, a um máximo de 90 % do custo total elegível da ação, nomeadamente: no caso de entidades europeias, nacionais, regionais ou infranacionais especificamente criadas com o objetivo de formar juízes nacionais; no caso de associações europeias, nacionais e infranacionais de juízes ligados ao direito da concorrência; no caso dos candidatos originários dos Estados-Membros da UE abrangidos por um programa de assistência ou vigilância financeiras (Chipre, Grécia, Irlanda, Portugal, Roménia e Espanha).
- Consequentemente, pelo menos 20 % e, em casos especiais, 10 % dos custos totais elegíveis devem ser providos pelo candidato, pelos parceiros ou por outra entidade financiadora.
- 7.3 Atribuição não cumulativa: O cofinanciamento de um projeto no âmbito do presente programa exclui qualquer cofinanciamento por outro programa financiado pelo Orçamento Geral da União Europeia.
- 7.4 O projeto não pode estar concluído nem ter sido iniciado antes da data de apresentação do pedido de subvenção.
- 7.5 As contribuições em espécie não podem ser incluídas no orçamento do projeto como despesas e não são aceites a título de cofinanciamento, exceto se incluídas na categoria introduzida no considerando 7 do Regulamento n.º 1382/2013²⁴;
- 7.6 As normas relativas aos custos elegíveis são descritas nas condições gerais do projeto de convenção de subvenção anexo ao presente convite à apresentação de candidaturas;
- 7.7 No que respeita às atividades suscetíveis de serem realizadas por organismos ou entidades públicos e privados, o IVA não dedutível pago por organismos ou entidades públicos deverá ser elegível, desde que seja pago no âmbito da execução de atividades, nomeadamente de formação ou sensibilização, que não possam ser consideradas como exercício de autoridade pública;
- 7.8 O candidato deve apresentar estimativas orçamentais em EUR equilibradas, que indiquem as fontes de cofinanciamento para além do orçamento da UE;

²² Podem ser consultadas outras disposições no projeto de convenção de subvenção disponível no nosso sítio web http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html.

²³ Ver nota de rodapé 16.

²⁴ «A União deverá facilitar as atividades de formação no domínio da aplicação do direito da União, considerando os salários dos magistrados e dos funcionários e agentes de justiça pagos pelas autoridades dos Estados-Membros como custos elegíveis ou cofinanciamento em espécie, de acordo com o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho (1) («Regulamento Financeiro»).»

- 7.9 **As despesas com alojamento e refeições/bebidas serão reembolsadas com base em custos unitários**, cujo montante é estabelecido com base na tabela de despesas de alojamento e ajudas de custo diárias para deslocações em serviço do pessoal da Comissão Europeia²⁵. Será aplicada uma taxa diária de 50 % para seminários de meio dia;
- 7.10 O beneficiário (ou demais beneficiários em caso de múltiplos beneficiários) é o chefe de missão, a quem a subvenção será paga. Para serem considerados elegíveis, todos os custos devem ter sido a cargo do beneficiário. Os serviços/bens devem ser encomendados pelo beneficiário e as faturas emitidas em nome deste. Se forem encomendados e pagos serviços/bens por outros parceiros, passam a ser considerados como contribuições em espécie, pelo que não podem ser incluídos como custos elegíveis;
- 7.11 Os projetos não podem ter por objeto ou como efeito a produção de um lucro. Por lucros, deve entender-se qualquer excedente eventual do conjunto das receitas reais afetadas à ação em relação ao conjunto dos custos reais da ação. Qualquer lucro verificado dará lugar a uma redução equivalente do montante da subvenção;
- 7.12 A Comissão pode conceder uma subvenção inferior ao montante solicitado. Se o montante concedido pela Comissão for inferior à contribuição solicitada pelo candidato, caberá a este último encontrar os recursos suplementares necessários ou reduzir o custo total do projeto a fim de assegurar a sua viabilidade, sem alteração dos seus objetivos ou do seu conteúdo. Pode também ser decidido conceder uma contribuição apenas em relação a uma parte da ação prevista. A Comissão não concederá duplo financiamento para um mesmo projeto;
- 7.13 O montante concedido pela Comissão é proporcional ao custo total estimado do projeto e será reduzido proporcionalmente se o total dos custos reais for inferior ao total dos custos estimados;
- 7.14 As subvenções atribuídas devem ser objeto de uma convenção escrita, que precise os moldes em que se fará o reembolso de uma determinada proporção dos custos elegíveis efetivamente suportados. Será lavrada uma convenção de subvenção para uma ação com um beneficiário ou com vários beneficiários numa base casuística, se for caso disso. Esta convenção é uma convenção-tipo e os seus termos e condições não poderão ser alterados ou sujeitos a negociação;
- 7.15 Condições de pagamento: regra geral, a subvenção da Comissão é paga em duas parcelas: um pagamento de pré-financiamento (até **50 %** do montante total da subvenção) aquando da assinatura da convenção de subvenção, a pedido do beneficiário; e o saldo aquando da receção e aprovação pela Comissão do relatório final e do balanço financeiro final do projeto.

8. Apresentação de candidaturas

- 8.1 As candidaturas devem ser apresentadas no formulário-tipo de candidatura e acompanhadas dos anexos exigidos, enumerados na parte F do formulário.
- 8.2 A candidatura deve ser assinada pela pessoa autorizada a vincular juridicamente o candidato.
- 8.3 Os formulários podem ser descarregados do seguinte sítio web:
http://ec.europa.eu/competition/calls/proposals_open.html

²⁵ Informações publicadas com o presente convite à apresentação de candidaturas

Serviço de assistência: as perguntas relativas ao convite à apresentação de candidaturas podem ser enviadas por correio eletrónico para o endereço COMP- TRAINING- JUDGES@ec.europa.eu.

- 8.4 As candidaturas devem estar completas (**incluindo todos os documentos especificados no anexo «lista de verificação para os candidatos»**), assinadas, datadas e ser entregues em duplicado (um exemplar assinado e um exemplar em formato eletrónico) **até 16 de abril de 2018**, **por correio normal** ou por **serviço de correio expresso** (fazendo fé a data do carimbo de correio ou aviso de receção do serviço de correio expresso):

Em caso de entrega pelo correio, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direção-Geral da Concorrência – Unidade A.4
HT.5115 - FORMAÇÃO DE JUÍZES CFP 2016
MADO 20/043
1049 Bruxelas
Bélgica

Caso a entrega seja em mão ou por serviço de correio expresso, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direção-Geral da Concorrência – Unidade A.4
HT.5115 - FORMAÇÃO DE JUÍZES CFP 2016
Avenue du Bourget, 1
1140 Evere
Bélgica

Não esquecer a menção: '**CALL FOR PROPOSALS – NOT TO BE OPENED BY THE REGISTRY**' claramente mencionada no envelope.

- 8.5 As candidaturas podem ser apresentadas numa das línguas oficiais da União Europeia, mas, de preferência, em inglês, devendo ser utilizado o formulário de candidatura. Se forem apresentadas noutra língua, devem ser acompanhadas de um resumo em inglês.

- 8.6 Os candidatos serão informados dos resultados da avaliação das suas propostas o mais rapidamente possível. No entanto, os candidatos devem estar cientes de que todo o procedimento de atribuição de subvenção pode demorar **até nove meses**, a contar do termo do prazo para a apresentação de candidaturas.

9. Reunião inicial

O orçamento para a candidatura deve incluir os custos de deslocação para e de Bruxelas e uma noite (se necessário) para um ou dois representantes da organização coordenadora (incluindo pelo menos o coordenador do projeto, mas, de preferência, também o coordenador financeiro, a menos que seja a mesma pessoa). Estes custos destinam-se a permitir a participação dos candidatos selecionados na reunião inicial com a duração de um dia dedicada a aspetos administrativos, de gestão do projeto e às obrigações de prestação de informações.

10. Período de execução do projeto e aspetos diversos

- 10.1 Os projetos poderão ter uma duração máxima de 24 meses.
- 10.2 O projeto de convenção de subvenção só se tornará juridicamente vinculativo após a assinatura pela Comissão.
- 10.3 Uma vez terminado o projeto, o beneficiário enviará à Comissão, num prazo a fixar na convenção de subvenção, para o endereço acima referido, um **relatório final** sobre o projeto, que consiste num **relatório final financeiro e técnico** acompanhado **do pedido de pagamento do saldo**. O relatório final descreverá os obstáculos eventualmente encontrados, a avaliação feita pelos participantes (p. ex. mediante formulários de informação de retorno), os resultados obtidos, a sua divulgação e as conclusões a retirar.
- 10.4 O beneficiário comprometer-se-á a disponibilizar à Comissão os resultados num formato que seja suscetível de disseminação e livre de direitos, como sejam manuais, publicações, *software* e sítios internet.

11. Publicidade

11.1 *Pela Comissão Europeia:*

Todas as subvenções atribuídas durante um exercício devem ser publicadas no sítio internet das instituições da União durante o primeiro semestre do ano subsequente ao encerramento do exercício orçamental a título do qual foram atribuídas. Esta informação poderá também ser publicada utilizando-se qualquer meio adequado, incluindo o *Jornal Oficial da UE*. A Comissão publicará as seguintes informações:

Nome e endereço do beneficiário,
Objeto da subvenção e pontuação final,
Montante atribuído.

Mediante pedido fundamentado e devidamente justificado do beneficiário²⁶ no momento da apresentação da candidatura, a publicação pode deixar de ser obrigatória caso a divulgação das informações acima mencionadas seja suscetível de pôr em causa os direitos e as liberdades das pessoas em causa, consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ou prejudicar os interesses comerciais dos beneficiários.

11.2 *Pelos beneficiários:*

Os beneficiários devem dar claramente a conhecer a contribuição da União Europeia em todas as publicações ou em conjunção com as atividades a que se destina a subvenção. Neste contexto, os beneficiários devem dar destaque ao nome e ao logótipo da Comissão Europeia em todas as publicações, cartazes, programas e outras atividades realizadas no âmbito do projeto cofinanciado.

²⁶ Artigo 35.º e artigo 128.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro, bem como artigo 191.º das Normas de Execução.

Para esse efeito, utilizarão o texto, o emblema e a declaração de exoneração de responsabilidade disponíveis em http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/flag/index_pt.htm.

Em caso de não cumprimento desta exigência pelos beneficiários, a subvenção final poderá ser reduzida em conformidade com as disposições da convenção de subvenção ou da decisão de subvenção. Além disso, os beneficiários devem transmitir um formulário de avaliação a todos os participantes no projeto, devendo os resultados ser comunicados à Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia.

12. Proteção de dados

Todos os dados pessoais incluídos nas candidaturas apresentadas serão tratados pela Comissão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e de acordo com o procedimento anunciado com as notificações pertinentes apresentadas ao responsável pela proteção de dados da Comissão. Uma declaração de privacidade informa todos os titulares de dados cujos dados sejam sujeitos a tratamento no âmbito da avaliação da proposta e da preparação, execução e acompanhamento da convenção de subvenção.

Convidam-se os candidatos a consultar a página [Advertência Jurídica](http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/support/legal_notices.html) (http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/support/legal_notices.html) a intervalos de tempo regulares, de modo a estarem devidamente informados de eventuais atualizações que podem ocorrer antes do final do prazo para a apresentação das suas candidaturas.